



PROJETO DE LEI Nº 198 /2024.

Reconhece a Utilidade Pública da Associação de Pais e Amigos do Autista de Pedro II.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica reconhecida a utilidade pública da Associação de Pais e Amigos do Autista de Pedro II, inscrita sob o CNPJ nº 52.892.012./0001-71, com sede e foro na Rua Olímpio Nogueira, 236, Vila Kolping, CEP 64.255-000, no município de Pedro II -PI.

Art. 2º Ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente à entidade mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELLA, Sala das Sessões da Assembleia Legislativa, Teresina- PI,
____ de _____ de 2024.


FRANZE SILVA
Deputado Estadual
Partido dos Trabalhadores - PT



JUSTIFICATIVA

A Associação de Pais e Amigos do Autista de Pedro II, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos de duração por tempo indeterminado, sem caráter partidário, de cunho assistencial, recreativo, educacional e filantrópico constituída em 05 desetembro de 2023, tem como objetivo atender pessoas com autismo, observando suas características, promovendo sua inclusão social, integrando-as na vida comunitária e de seus familiares, ofertando serviço de atendimento educacional especializado.

Tem por finalidade, ainda, oferecer às pessoas autistas um espaço de convivência, por meio de atividades recreativas, educacionais, culturais, esportivas e de lazer, incentivando a participação ativa da comunidade em atividades como palestras, além de promover a pesquisa e o intercâmbio com outras instituições especializadas.

A associação também busca facilitar o acesso dos associados e suas famílias aos serviços assistenciais disponíveis no município de Pedro II - PI, direcionando-os a áreas como saúde, educação, esporte e cultura, entre outras; e sua interação com órgãos estatais e privados que tratem da temática.

Face o exposto, solicito o apoio dos nobres pares para uma rápida tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei.

458

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 52.892.012/0001-71 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 05/09/2023
NOME EMPRESARIAL ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTO DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-5-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-0 - Associação Privada			
LOGRADOURO R OLÍPIO NOGUEIRA		NÚMERO 236	COMPLEMENTO *****
CEP 64.255-000	BARRA/DISTRITO VILA KOLPING	MUNICÍPIO PEDRO II	UF PI
ENDERECO ELETRÔNICO ESCRITORIOCONTABILP2@HOTMAIL.COM		TELEFONE (86) 9957-4788	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/09/2023	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 20/11/2023 às 14:26:35 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Folha nº 160

ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabelião(o) / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

06/09/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

- IV - Decidir sobre medidas administrativas;
- V - Designar, entre seus membros, substitutos para os Diretores em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;
- VI - Autorizar operações financeiras, até o limite estabelecido pela Assembleia Geral;
- VII - Providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da instituição;
- VIII - Propor reforma do Estatuto à Assembleia Geral;
- IX - Elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual;
- X - Reformar o Regimento Interno quando julgar conveniente, observada a maioria absoluta de votos;
- XI - Criar comissões, quando for necessário, para executar tarefas.

Art. 32. Compete ao Presidente:

- I - Representar a instituição em juízo ou fora dele;
- II - Coordenar todas as atividades da Associação de acordo com o presente Estatuto e demais normas;
- III - Presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembleias Gerais para reuniões ordinárias e extraordinárias previstas neste Estatuto, presidindo a todas, exceto as de prestações de contas e as de eleição dos membros da Diretoria;
- IV - Assinar com o Secretário a documentação, a exemplo ofícios, atas, correspondências da entidade;
- V - Assinar com o Tesoureiro os documentos que se refiram à movimentação financeira;
- VI - Elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembleia Geral;
- VII - Organizar a representação Associação junto aos órgãos correspondente e de interesse da Associação.

Art. 33. Compete ao Vice-Presidente:

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Regis Galvão Oliveira
Encarregado Autorizado



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

- I - Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas atribuições;
- II - Convocar a Assembleia Geral, para preenchimento do cargo de Presidente, no caso de vacância, faltando mais de seis meses para o término do mandato presidencial.

Art. 34. Compete ao Secretário:

- I - Organizar e manter em ordem os serviços de secretaria;
- II - Assessorar o Presidente durante as reuniões;
- III - Redigir e encaminhar ao Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções;
- IV - Redigir a ata das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
- V - Cientificar os interessados a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Presidente;
- VI - Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos eventuais, cumulativamente com suas funções;
- VII - Assumir a presidência da Instituição, no impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente.

Art. 35. Compete ao Tesoureiro:

- I - Manter em ordem todos os livros e material da tesouraria;
- II - Assinar com o Presidente todos os documentos que representem valor, especialmente depósitos e retiradas em estabelecimentos bancários;
- III - Efetuar, mediante comprovante, os pagamentos autorizados;
- IV - Arrecadar quaisquer receitas, mediante recibo, depositando-as em estabelecimentos bancários escolhidos pela Diretoria;
- V - Trazer rigorosamente em ordem e em dia, escriturados com clareza e precisão, os livros da Tesouraria;
- VI - Apresentar o balanço patrimonial e a demonstração da receita e despesa de cada exercício para serem integrados ao Relatório Anual da Diretoria;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Folha nº 160

ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabelião(o) / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

Art. 27. O edital de convocação da assembleia deverá conter:

- I - A denominação da associação, seguido da expressão convocação para assembleia geral, ordinária ou extraordinária, conforme o caso;
- II - A data e hora da reunião de cada convocação assim como o endereço do local de sua realização;
- III - A sequência ordinal das convocações;
- IV - O nome por extenso e a respectiva assinatura do responsável pela convocação;
- V - O número de associados com direito a voto da data da convocação, para efeito de cálculo de quórum de instalação da assembleia geral; VI - A pauta a ser deliberada na assembleia.

Art. 28. O edital será veiculado nas rádios locais e outros meios digitais, garantindo-se a convocação pessoal dos associados por meio eletrônico (e-mail).

§ 1º Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência e a Assembleia Geral Extraordinária será convocada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência.

§ 2º A assembleia geral será dirigida pelo presidente e auxiliada pelo secretário da associação.

Art. 29. É competência exclusiva da Assembleia:

- I - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
- II - Instalação do pleito eleitoral que elegerá a nova Diretoria e Conselho Fiscal;
- III - A dissolução da associação com voto de pelo menos dois terços dos associados;
- IV - Definir o valor da mensalidade ou anuidade;
- V - Resolver quaisquer dúvidas que possam surgir na interpretação do disposto neste estatuto, bem como os casos omissos;
- VI - Realizar trocas de experiências sobre atos ligados às finalidades da associação e definir prioridades desses atos;

Gustavo Régis Galvão Oliveira

José

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Régis Galvão Oliveira
Escrivão Autorizado



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II/PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**

Rua Olimpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

- VII - Aprovar o orçamento da associação;
VIII - Aprovar as modificações deste estatuto, em assembleia geral convocada para este único fim.
IX - Destituir os administradores;
§ 1º Para as deliberações a que se referem os incisos VIII e IX deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será em primeira convocação de 50% mais 1 dos associados e, em segunda convocação, a realizar-se meia hora depois, com no mínimo 10 (dez) associados.

**SESSÃO II
DA DIRETORIA**

Art. 30. A Associação será administrada por uma Diretoria, eleita dentre os associados, com a seguinte composição:

- I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - Secretário;
IV - Tesoureiro;
V - Diretor Administrativo.

§ 1º O mandato dos membros da Diretoria é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

§ 2º Os cargos da diretoria serão ocupados exclusivamente por pais e/ou familiares de autistas.

Art. 31. Compete à Diretoria:

- I - Dirigir e administrar a Associação, de acordo com as disposições legais, estatutárias e regimentais;
II - Desenvolver o programa de atividades da Associação;
III - Estabelecer os regulamentos e o Regimento Interno;



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023


ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

Parágrafo único: Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembleia Geral.

Art. 22. Constituem fontes de recursos da Associação:

- I - Auxílios financeiros de qualquer origem, depois de ouvida a Assembleia Geral;
- II - Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- III - Auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras;
- IV - Rendas decorrentes da exploração de seus bens ou da prestação de serviços;
- V - Contribuições espontâneas dos associados;
- VI - Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
- VII - Venda de produtos e serviços realizados pela Associação, tais como artesanatos, utensílios, móveis, bens oriundos de reciclagens e quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades;
- VIII - Prestação de serviço de diagnóstico diferencial de TEA prestados no município de PEDRO II , observado o parágrafo único do art. 2º;
- IX - Realização de eventos sociais como almoços e jantares benéficos, festas solidárias, entre outros;
- X - Organização de cursos de capacitação e prestação de consultoria e assessoria através do conhecimento especializado, objetivando oportunizar a divulgação do autismo junto à sociedade, orientando o atendimento especializado de crianças e de adolescentes com transtorno do espectro autista;
- XI - Desenvolvimento de projetos sociais e técnicos que tenham por objetivo subsidiar as atividades da Associação e com estes prover a manutenção dos serviços prestados ao Associado, familiares e dependentes;
- XII Dotações ou subvenções eventuais, diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos públicos da administração direta e indireta.



Digitalizado com CamScanner

Gustavo Reis Galvão Oliveira
Encarregado Autorizado

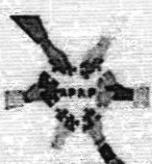


CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Art. 23. São órgãos da administração da associação:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Fiscal.

SESSÃO I

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 24. A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da associação, tendo poderes dentro do limite da Lei e desse Estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse desta, sendo que as deliberações tomadas por ela vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 25. A assembleia geral será habitualmente convocada pelo presidente após aprovação em reunião ou por lista subscrita por 1/5 dos associados.

Art. 26. O quórum mínimo para a instalação da assembleia geral é de metade mais um dos associados em condições de votar na primeira convocação e, no mínimo, de 10 (dez) associados em condições de votar em segunda convocação, está ocorrendo 30 (trinta) minutos depois da primeira convocação.

1º O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pela assinatura do livro de presença da assembleia geral.

2º Constatada a falta de quórum mínimo no horário estabelecido no edital de convocação o presidente encerará o livro de presença mediante termo que contenha a declaração do número de associados presentes no horário do encerramento e da convocação correspondente, transcrevendo os dados para a respectiva ata e instalará a assembleia geral.



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

Art. 10. O desligamento do associado ocorrerá:

- I - Por motivo de falecimento, de interdição sem existência de curatela ou tutela, de doença e por ausência, extinção e/ou falência, na forma da lei;
- II - Voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente;
- III - Compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta da Diretoria, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a Associação.

Parágrafo único: O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeito suspensivo, à Assembleia Geral, no prazo de 30 dias contados da ciência de sua exclusão.

SESSÃO III

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 11. São direitos dos associados:

- I - Participar das atividades promovidas pela associação;
- II - Tomar parte das assembleias gerais, discutir, propor e deliberar sobre todos os assuntos que dizem respeito à associação;
- III - Propor medidas de interesse social e coletivo;
- IV - Votar e ser votado para os cargos da associação, ressalvado os casos em que tenha se associado depois de convocada a assembleia geral ou que tenha solicitado afastamento temporário da associação;
- V - Convocar assembleia geral e extraordinária por no mínimo de 1/5 dos associados;
- VI - Usar as instalações e materiais da associação para os fins a que se destina.

Art. 12. São deveres dos associados:

- I - Participar das reuniões e assembleias da associação;
- II - Não assumir compromissos materiais ou morais em nome da entidade, sem a expressa autorização da diretoria;

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Régis Galvão Oliveira
Servente Autorizado



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**

Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

Art. 10. O desligamento do associado ocorrerá:

- I - Por motivo de falecimento, de interdição sem existência de curatela ou tutela, de doença e por ausência, extinção e/ou falência, na forma da lei;
- II - Voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente;
- III - Compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta da Diretoria, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a Associação.

Parágrafo único: O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeito suspensivo, à Assembleia Geral, no prazo de 30 dias contados da ciência de sua exclusão.

SESSÃO III

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 11. São direitos dos associados:

- I - Participar das atividades promovidas pela associação;
- II - Tomar parte das assembleias gerais, discutir, propor e deliberar sobre todos os assuntos que dizem respeito à associação;
- III - Propor medidas de interesse social e coletivo;
- IV - Votar e ser votado para os cargos da associação, ressalvado os casos em que tenha se associado depois de convocada a assembleia geral ou que tenha solicitado afastamento temporário da associação;
- V - Convocar assembleia geral e extraordinária por no mínimo de 1/5 dos associados;
- VI - Usar as instalações e materiais da associação para os fins a que se destina.

Art. 12. São deveres dos associados:

- I - Participar das reuniões e assembleias da associação;
- II - Não assumir compromissos materiais ou morais em nome da entidade, sem a expressa autorização da diretoria;

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Reijis Galvão Oliveira
Encarregado Autorizado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Folha nº 165

ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabelião(a) / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

XIV - Estabelecer intercâmbio com outras instituições congêneres, instituições oficiais, não oficiais e/ou particulares;

XV - A defesa judicial e/ou extrajudicial dos interesses e direitos protegidos dos associados e representados pela entidade.

Art. 4º A associação, para a consecução dos objetivos e fins a que se propõe, adota os seguintes princípios e diretrizes:

I - Não há, entre os beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, religião ou de qualquer outra ordem;

II - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, à remuneração de qualquer natureza;

III - Não há distribuição de lucros, dividendos, "pró-labore" ou renúncia de qualquer natureza aos membros da diretoria e conselho fiscal da instituição;

IV - Todas as receitas e despesas são escrutinadas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais;

V - Na manutenção das finalidades e dos objetivos da entidade, todos os recursos são aplicados no território nacional.

Art. 5º A Associação manterá departamentos e/ou comissões na forma que dispuser o Regimento Interno.

Art. 6º Associação reger-se-á pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno aprovado pela Diretoria e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO III
DO QUADRO SOCIAL

SESSÃO I

DOS ASSOCIADOS

[Assinaturas]

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Régis Galvão Oliveira
Encarregado Autorizado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
CÓMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabelião(a) / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

Art. 7º Poderão associar-se à Associação as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas em Pedro II, observado o parágrafo único do art. 2º deste Estatuto, que neles residam ou desenvolvam atividades e que concordem com o presente estatuto, dedicando-se às atividades objeto da entidade.

§ 1º No ato de ingresso o interessado deverá apresentar documentação cadastral completa e preencher e assinar a ficha de associado fornecida pela associação.

§ 2º Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas dívidas contraídas pela Associação de Pais e Amigos do Autista de Pedro II.

Art. 8º A associação mantém as categorias de Associados:

I - **FUNDADORES** – todos aqueles que participaram da Assembleia de Fundação da entidade;

II - **CONTRIBUINTES** – Pessoas Físicas e/ou Jurídicas que contribuem financeiramente com a manutenção da APAP, na forma do Regimento Interno e, na falta deste, na forma das deliberações dos órgãos administrativos;

III - **BENEMÉRITOS** – Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, distinguidas por relevantes serviços prestados à APAP ou por terem contribuído significativamente para a constituição institucional e patrimonial da APAP.

§ 1º Poderão associar-se à entidade tantos quantos membros do mesmo grupo familiar.

§ 2º A pessoa jurídica que faça parte do quadro social da entidade indicará um membro de sua livre escolha, devidamente cadastrado na entidade, cabendo-lhe exercer as responsabilidades contidas neste estatuto, podendo inclusive votar e ser votado, considerando-se a personalidade física.

SESSÃO II

DA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

Art. 9º A admissão do associado dar-se-á por meio de proposta subscrita por um associado efetivo, no pleno gozo de seus direitos, sendo aprovada pelo Presidente, referendada pela Diretoria em reunião ordinária.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Folha nº 161

ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabellão(o) / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/08/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

VII- Organizar os balancetes mensais e o balanço geral do ano social, a fim de ser apresentado juntamente com o relatório da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal à Assembleia Geral.

Art. 36. Compete ao Diretor Administrativo:

- I – promover e organizar as reuniões sociais;
- II – promover campanhas para admissão de sócios;
- III – aprovar as admissões e demissões de associados, assinando com o Presidente, os respectivos documentos;
- IV – encarregar-se de atividades de esporte e lazer;
- V – organizar cursos e palestras para os associados.

SESSÃO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 37. O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, todos associados, eleitos e considerados empossados pela Assembleia Geral.

§ 1º O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Art. 38. Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual;
- II – Impugnar as contas quando necessário, encaminhando para a Assembleia Geral para deliberação;
- III – Reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente;
- IV – Fiscalizar a gestão econômico-financeira da entidade;

AB

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Régis Galvão Oliveira
Encarregado Autorizado



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

V - Elaboração de parecer das contas da entidade, as quais deverão ser aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 39. A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada no término do mandato da atual gestão, sendo de 02 (dois) anos o mandato dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, na seguinte forma:

- I - A Assembleia Geral que convocar as eleições elegerá a comissão eleitoral de 03 (três) membros, cabendo à mesma dirigir o processo eleitoral;
- II - Não será permitido o voto por procuração;
- III - Somente poderá votar o associado que estiver quite com a Tesouraria;
- IV - Apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o Presidente da mesa proclamará os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembleia Geral.

Art. 40. A convocação das eleições dar-se-á através de publicação de edital, com no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, o qual será veiculado nas rádios locais e publicado no site oficial da entidade e outros meios digitais, garantindo-se a convocação pessoal dos associados por meio eletrônico (email).

Parágrafo único: A forma de convocação deverá obrigatoriamente conter data, local e horário das novas eleições bem como o prazo para as inscrições das chapas.

Art. 41. As inscrições das chapas deverão ser feitas por escrito, até dez dias antes da eleição, observados os seguintes itens:

- I - Não será permitido o registro de candidato, embora para cargos diferentes, em mais de uma chapa ou para mais de um cargo na mesma chapa;
- II - No caso de duplicidade de nomes, prevalecerá a inscrição da chapa cujo registro tenha sido feito em primeiro lugar, indeferindo-se o registro da que vier em seguida, mas facultando-se a substituição do candidato no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação para tanto;
- III - O candidato não pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria e Conselho Fiscal.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Folha nº 162

ANTÔNIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabellário / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78806

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

IV – Não será permitida a candidatura de mais de um membro do grupo familiar no mesmo pleito, seja para a diretoria e/ou conselho fiscal.

Parágrafo único: Poderão participar do processo eleitoral todos os associados regularmente inscritos com direito a voto, que será secreto e universal.

Art. 42. No caso de inscrição de apenas uma chapa, será adotado o sistema de voto por aclamação na assembleia geral.

Parágrafo único: Se a votação não for por aclamação, será adotada cédula, onde conste a relação nominal de todos os candidatos e os cargos a que concorrem ou o número e nome de inscrição da chapa, a critério da Comissão Eleitoral.

Art. 43. O resultado da votação será apurado imediatamente após a eleição, sendo que a Comissão eleitoral, depois de decididos eventuais recursos, empossará de imediato a diretoria eleita.

CAPÍTULO VII
DA DISSOLUÇÃO

Art. 44. A dissolução da associação dar-se-á somente por decisão da assembleia geral, especialmente convocada para este fim e com o quórum mínimo de dois terços de seus cadastrados.

Parágrafo único: No caso de dissolução da associação o seu patrimônio será doado a qualquer entidade com finalidades afins a critério da assembleia geral que deliberou pela dissolução.

Art. 45. Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, serão destinados à entidade de fins não econômicos congêneres, preferencialmente localizada na mesma região, devendo ser deliberado pelos associados, ou à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

Parágrafo único: Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Município, do Estado, do Distrito Federal ou da União.

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Régis Galvão Oliveira
Escrivão Autorizado



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Folha nº: 162V

ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabeliã(o) / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 46. Os membros da associação, individual ou coletivamente, não se responsabilizarão solidariamente ou subsidiariamente pelos encargos que seus representantes constituirem.

Art. 47. Os casos omissos neste estatuto serão decididos em diretoria, com recurso à Assembleia Geral.

Pedro II, 29 de agosto de 2023.

E, por estarem firmados

Gilvan dos Santos Lima
Gilvan dos Santos Lima
CPF 009.711.513-42
PRESIDENTE

Jane Mary Lustosa de Araújo
Jane Mary Lustosa de Araújo
CPF 991.716.003 - 53
SECRETÁRIO

Aucelene Silva Carvalho
Aucelene Silva Carvalho
CPF 044.131.813- 44
TESOUREIRO

Aarão Araújo de Oliveira
Aarão Araújo de Oliveira
OAB PI 9688
ADVOGADO



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**
Rua Olimpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA

DE PEDRO II - PIAUI - APAP

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Pedro II, estado do Piauí, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, de direito privado, de caráter educativo, cultural, recreativo, de assistência social, científico, esportivo e representativo com sede na Rua Olimpio Nogueira, 236 – Bairro Vila Kolping, Pedro II - Piauí, com foro na Comarca de Pedro II - Piauí

Parágrafo único: A Associação de Amigos do Autista de Pedro II – Piauí – APAP, será regida por este Estatuto, pelos seus Regimentos Internos e pelo Código Civil de 2002, Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

Art. 2º A Associação será regulamentada nesse estatuto, abrangendo o Município de Pedro II, podendo ser incluídos outros Municípios na abrangência da entidade desde que devidamente aprovado pela assembleia geral, na forma deste Estatuto.

CAPÍTULO II

DA FINALIDADE

Art. 3º A Associação tem a assistência social como objetivo de beneficência, defesa, proteção e promoção de pessoas com autismo, em consonância com a Lei nº. 8.742 de 07 de setembro de 1993, que dispõem sobre Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Resolução nº. 145 de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ainda:

I - Atender pessoas com autismo, observando suas características, promovendo sua inclusão social, integrando-as na vida comunitária e de seus familiares;

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Régis Galvão Oliveira
Servente Autorizado



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**

Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

II - Oferecer o serviço de atendimento educacional especializado às pessoas com autismo em idade escolar, com suporte técnico ao ensino regular onde estas estiverem matriculadas;

III - Oportunizar às pessoas com autismo espaço de convivência, por meio de atividades recreativas, educacionais, culturais, esportivas e de lazer;

IV - Habilitar a pessoa com autismo ao convívio social por meio de atividades de desempenho funcional e programas educacionais especializados;

V - Incentivar e promover a participação da comunidade local, das instituições públicas e privadas nas ações, programas e projetos voltados ao atendimento da pessoa com autismo, por meio de palestras informativas, visitas técnicas dirigidas na sede da instituição, programas de estágio com instituições acadêmicas ou instituições análogas, bem como fomentar a pesquisa e o intercâmbio com outras instituições congêneres e profissionais especializados na área;

VI - Facilitar o acesso dos associados e de seus familiares aos serviços assistenciais do Município de Pedro II, estado do Piauí, por meio de encaminhamento destes as respectivas instituições responsáveis pelo atendimento nas áreas da saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, cultura e assistência jurídica;

VII - Desenvolver estudos e/ou pesquisas com a finalidade de pôr em prática os itens acima mencionados;

VIII - Estimular a ação de profissionais com especializações inerentes aos objetivos da AMA;

IX - Apresentar sugestões, bem como buscar recursos junto a órgãos estatais e privados, visando o amparo constitucional dos autistas no que tange ao cumprimento das leis existentes, servindo também como órgão de assessoramento;

X - Elaborar programas de orientação visando o diagnóstico precoce dos Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), através de propaganda e divulgação da temática junto à população em geral;

XI - Prestar atendimento às pessoas com TEA, encaminhadas por profissionais da área da saúde e afins;

XII - Interagir junto às organizações de Saúde, Educação e Assistência Social para atendimento e tratamento, no sentido de facilitar o acesso de pessoas com TEA a tratamento especializado;

XIII - Estimular a participação em seminários, congressos, pesquisas, estudos científicos e pedagógicos sobre autismo;

José... 100 *Orvalho* *Ass.*

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO GALVÃO OLIVEIRA 2º OFÍCIO

Comarca de Pedro II - PI

Estado do Piauí

Antonia Maria da Conceição Galvão Oliveira
Escrivã e Oficial do Registro Civil e Notas

Bel. Orlando Urias de Oliveira Júnior
Tabelião Substituto do Registro Civil e Notas

CERTIDÃO

CERTIFICO que foi registrado neste Cartório no Livro de Pessoa Jurídica Nº A-3, sob registro de nº 140, às fls.154-164v, REGISTRO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II-PI (APAP) e REGISTRO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL. Conforme Ata realizada no dia 29 do Mês de Agosto de 2023, em anexo faz parte integrante da presente Certidão. Eu, *Orlando Urias Oliveira Júnior* Escrevente Autorizada do Registro de Pessoa Jurídica, o digitei, subscrevi e assino. O presente ato só terá validade com o Selo: AFF68080 - 73T0. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpi.jus.br/portalextra. Emolumentos: R\$ 26,00; FERMOJUPI: R\$ 5,20; Selos: R\$ 0,26; MP: R\$ 2,08; Total: R\$ 33,54

O referido é Verdade e Dou fé.

Pedro II (PI), 05 de Setembro de 2023.

Orlando Urias Oliveira Júnior
Bel. Orlando Urias de Oliveira Júnior

Tabelião de Notas do 2º Ofício

Orlando Urias Oliveira Júnior
Escrevente Autorizada



Avenida Coronel Cordeiro, 611 – Centro – CEP: 64.255-000
CGC Nº 06.734.651/0001-91 email: cartorio.galvao.oliveira.2oficio@hotmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DO ESTADO DO PIAUÍ
COMARCA DE PEDRO II
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO

Folha nº 187

ANTONIA MARIA DA CONCEIÇÃO
Tabeliã(o) / Portaria nº #PORTARIA#

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023



ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

§ 5º Podem propor a exclusão de qualquer associado a Diretoria, o Conselho Fiscal ou por lista subscrita por 1/5 dos associados.

Art. 14. A Associação não distribui entre os associados, conselheiros, diretores ou doadores, eventuais excedentes operacionais, bruto ou líquido, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente na consecução do seu objeto social.

Parágrafo único: Os associados, conselheiros, diretores não serão remunerados.

SESSÃO IV
DA CONTRIBUIÇÃO

Art. 15. O associado contribuirá mensalmente com a mensalidade fixada em valor mínimo pela Diretoria, ou, a seu critério, com importância superior àquela.

Art. 16. Os associados que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitarem por escrito, devidamente fundamentado e comprovado, dispensa da contribuição mensal ficarão isentos, a critério da Diretoria, até que sejam afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção.

Parágrafo único. Os associados efetivos dispensados da contribuição financeira, conforme o disposto neste artigo, terão os mesmos direitos e deveres.

Art. 17. O associado efetivo que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, sem se utilizar da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, o cadastro de associado cancelado, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo.

CAPÍTULO III
DOS COLABORADORES

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Régis Galvão Oliveira
Escrivão Autorizado



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/06/2023



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DO AUTISTA DE PEDRO II – APAP**
Rua Olímpio Nogueira Nº 236 – Vila Kolping
Pedro II – Piauí CEP. 64255-000

Art. 18. A Associação manterá um quadro de colaboradores efetivos e eventuais, formado por pessoas que, sem os direitos dos associados efetivos, queiram prestar assistência na consecução dos objetivos e finalidades da instituição.

§ 1º Entende-se como colaborador efetivo aquele que se inscreva para contribuir, de forma periódica e constante, com recursos financeiros, de conformidade com os critérios fixados pela Diretoria.

§ 2º Colaborador eventual é todo aquele que, ocasionalmente, auxilia, voluntária e gratuitamente, na realização das atividades da entidade.

Art. 19. São direitos e deveres dos colaboradores efetivos, além de outros dispostos no Regimento Interno:

- I - Utilizar-se dos recursos físicos e materiais da entidade;
- II - Assistir às reuniões públicas e participar de cursos e atividades doutrinárias e práticas promovidas pela Associação, conforme dispuser o Regimento Interno;
- III - Recolher pontualmente a contribuição previamente acertada.

Parágrafo único: Aos colaboradores eventuais são assegurados os direitos constantes dos incisos I e II deste artigo.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 20. O patrimônio da Associação constitui-se de todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

Art. 21. Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendidos, alienados ou gravados em hipoteca ou anticrese, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembleia Geral, esta o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação.



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023

Assinatura

2

Conselho Fiscal: Maria maria da silva do Espírito Santo

Conselho Fiscal: Roberto Lef Almeida

Conselho Fiscal: Muriel Souza para pecuniária

Suplente: Thaylla Togal Dinizio Lutz

Suplente: Thaliane das Graças de Souza Alves

Associado: Marlene de Paula Almeida

Associado: ~~Paulo~~ Municipal Psycho, Lucas

Associado: Mariana da Silva Souza

Associado: Luisa Corrêa Costa

Associado: Maria das Graças P. Oliveira.

Associado: Francisco dos Reis G. Oliveira

Associado: Jópia Ferreira da Silva

Associado: Leopoldo Leite Ferreira

Associado: Maria Nádia Ferreira Alves

Associado: Onyda Carvalho Souza.

Associado: Francineide Soares dos Santos

Associado: Francisca Flávia Silveira Araújo

Associado: Elvanele Goulart da Silva

Associado: Ana Clara Pereira Nunes

Associado: Marlene Ferreira de Souza

Associado: Nayara Ferreira De Souza

Associado: Lia Nádia de S. Santos Pereira

Associado: Lunamita dos Santos Souza

Associado: M. Corrêa de Jesus Rodrigues

Associado: maria zilma dos santos

Associado: M. Achona Paula de souza

Associado: Andreia Matias Barroso

Associada Jacqueline dos S. F. Silva

Associado: julinha da silva costa

Associado: Leila Cristiane Cruz dos Santos

Associado: Luisa Ribeiro Gomes

Associado: Edvaldo Paula Paiva

Associado: Walmir de Souza marques

Associado: Glaucliane Cristina de Souza Silva

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Regis Galvão Oliveira
Encarregado Autorizado



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/09/2023

Anunciado: Carla Nata Lopes da Oliveira
Associado: Ana Händine Mendes Pereira
Anunciado: Adilson Ribeiro das Neves
Associado: Maria Valéria da Silva Souza
Associado: Célia de Costa Siqueira
Associado: Valéria Souza Lima
Anunciado: Juvimir Góes da Costa
Anunciado: Isacílio Lins dos Reis
Associado: Juliana da Costa Oliveira
Associado: Leônidas Costa Lima
Associado: Luiz de Souza Braga
Associado: Silvana de Souza Oliveira
Associado: Adelmo José da Costa
Anunciado: Jaqueleza Oliveira da Silva
Associado: Débora Fernandes Souza
Procedente: Mayra de Andrade Souza
Associado: Juvimir Larmo Souza Teixeira Barroso
Associado: Sandra Castro Vilela
Associado: Fernanda das Santos Souza
Associado: Fernanda Maria da Costa Souza
Associado: Janaína Ferreira da Silva (filiada)
Associado: Fernanda Ferreira de Souza (filha)
Associado: Luisa Ayres da Costa
Associado: Janaína Ferreira da Costa Souza
Associado: Luisa Ayres da Costa Souza
Associado: Janaína Ferreira da Costa Souza

PEDRO II (PI), 05 de Setembro de 2023, Eu Gustavo Regis Galvão Oliveira, Tabelião(a), registrei o/a documento acima do livro A3, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o que me foi apresentado. Dou fé.



Gustavo Regis Galvão Oliveira
Tabelião(a) Autorizado

Digitalizado com CamScanner



CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II-PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

LIVRO N. A3 - Registro Civil de Pessoas Jurídicas

REGISTRO : 140

05/08/2023

[Assinatura]

1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA
DE PEDRO II, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEÇÃO E
POSSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO
FISCAL.

Aos 29 dias do mês de agosto de 2023, reuniram-se os abaixo assinados, doravante designados fundadores, na sede da Câmara Municipal de Pedro II, situada na Rua Tenente Vítorino Filho, 487, com a finalidade de fundar uma Associação, para fins não econômicos, que se denominava "Associação de Pais e Amigos do Autista de Pedra - APAP". Iniciada a reunião, foi escolhido para presidi-la o Sr. Gilvan dos Santos Góis. O seu secretariado foi implicado a Sra. Jane Mary Souza de Araújo. Voga a reunião o Sr. Presidente solicitou a Sra. secretária que procedesse à leitura do Projeto do Estatuto, artigo por artigo. Concluída a leitura, foi o mesmo submetido à discussão e posterior votação. Unidos os presentes, o Estatuto foi, então, aprovado por unanimidade. Dando-se prosseguimento aos trabalhos, e após sugestões de nomes para compor os órgãos diretivos, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal, que teve mandato de 2 (dois) anos, permitindo reeleição e que ficaram assim constituídos: Presidente: Gilvan dos Santos Góis, brasileiro, casado, autônomo, RG 557.961.506 SSPPI, CPF 009.711.513-42, rua Olímpio Nogueira 236; Vice-presidente: Maria do Amparo Gomes de Castro, brasileira, solteira, funcionária pública, RG 1035152 SSPPI, CPF 704.673.313-91, rua Desembargador Álvaro

Digitalizado com CamScanner

Gustavo Regis Galvão Oliveira
Encarregado Autorizado

CARTÓRIO 2º OFÍCIO GALVÃO OLIVEIRA DE PEDRO II PI
CÓDIGO NACIONAL DA SERVENTIA Nº 78808

REGISTRO : 140

05/09/2023

Bandoz 12; Secretário: Jane May Fleitas de Araújo, brasileira, solteira, dirigente, R.C. 6177 SC
SSPPI CPF 991 716 003-53, na Desembargador Hamilton Mourão 1032, Teresópolis; Acelene Sílvia Canavalo, brasileira, casada, atendente, R.C. 3143886 SSPPI CPF 044 131 813-44, rua Domingos do Vale 85; Diretor Administrativo: Maria Juliana de Sá, brasileira, solteira, professora, R.C. 327896 SSPPI CPF 051 331 393-66, Rua Juiz José Pacheco 431; Conselho Fiscal: Roberto Café de Oliveira, brasileiro, digitador, R.C. 506 537-183, C.R. 051 380 623-0, rua Domingos Nogueira de Lachas 407; Maria de Amparo Pinto Passos, brasileira, casada, au pair, R.C. 231 3231 SSPPI CPF 002 687 033-19, Rua da Torre, zona rural; Thelma que Dias de Souza Alves, brasileira, casada, autônoma, R.C. 63893499555997, CPF 067 063 143 24, rua Joaquim do Vale 680; Suplente: Sheylla Laqueil Benício Cruz, brasileira, casada autônoma, R.C. 3.075.137-55897 CPF 045 847 493-29, rua Domingos Nogueira 403; Flávia Maria de Jesus do Espírito Santo, brasileira, casada, autônoma, R.C. 3568 025 SSPPI, CPF 073 809 593-12, Rua Domingos Nogueira 148. Nesta mesa havendo a faltar, o Sr. presidente declarou encerrada a reunião e em reunião, lavraria a presente ata, que será assinada por todos os presentes que serão comissionados fundadores.
Pedro II, 29 de Agosto de 2023.

LISTA DE PRESENÇA:

Presidente: Gláucia do Vale Lima

Vice-presidente: Raquel Gurgel de Britto

Secretário: Jane Marília Ferreira Henriques

Tesoureiro: Anderson Silveira Luvoldio

Diretor Administrativo: Maria Juliana do Vale

PRAZO DE EXECUÇÃO:	23 E 24 DE MARÇO DE 2024
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:	11/03/2024
VALOR GLOBAL:	DE R\$150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	04.122.0007.2036
FONTE DE RECURSOS:	Fonte: 500
NATUREZA DA DESPESA:	339039
Nº DA NOTA DE RESERVA NO SIAFE:	2024NR00237
Nº DA AUTORIZAÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA NO SIAFE:	2024RO02240
SIGNATÁRIOS DO CONTRATO:	CONTRATANTE: TIAGO MENDES VASCONCELOS CONTRATADA:

TIAGO MENDES VASCONCELOS
 COORDENADOR GERAL - CENDFOL-PI

(Transcrição da nota TERMOS DE RATIFICAÇÃO de Nº 6540, datada de 13 de março de 2024.)

ESTATUTOS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II - APAP (PI)

EXTRATO DE ESTATUTO SOCIAL- DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II
 - APAP é uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, filantrópicas, de caráter assistencial, socioeducacional e de ação comunitária, com autonomia administrativa e financeira com personalidade jurídica própria com sede e foro na cidade de PEDRO II (PI). Endereço: Rua Olimpio Nogueira Nº 236 - Vila Kolping, PEDRO II - Piauí. CNPJ 52.892.012/0001-71. Tendo como personalidade jurídica distinta, sua duração é por tempo indeterminado e rege-se pelo estatuto e pela legislação pertinente. Tendo como OBJETO E FINALIDADE: I - Atender pessoas com autismo, observando suas características, promovendo sua inclusão social, integrando-as na vida comunitária e de seus familiares; II- Oferecer o serviço de atendimento educacional especializado às pessoas com autismo em idade escolar, com suporte técnico ao ensino regular onde estas estiverem matriculadas; III - Oportunizar às pessoas com autismo espaço de convivência, por meio de atividades recreativas, educacionais, culturais, esportivas e de lazer;

Gilvan dos Santos Lima

PRESIDENTE

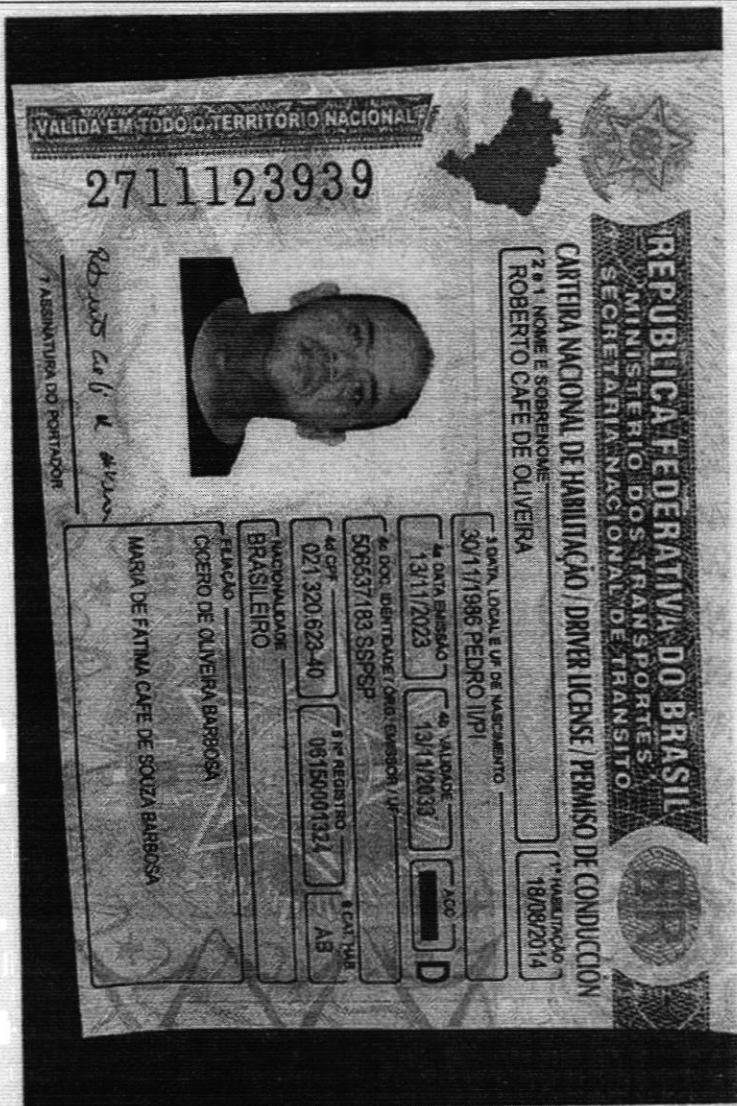
Galaxy A15













VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.562.025 **DATA DE EXPEDIÇÃO** 12/01/11

NOME FLÁVIA MARIA DE JESUS DO ESPIRITO SANTO

FILIAÇÃO

ISOLETE MARIA DE JESUS DO ESPIRITO SANTO
ALDAIR JOSÉ DO ESPIRITO SANTO

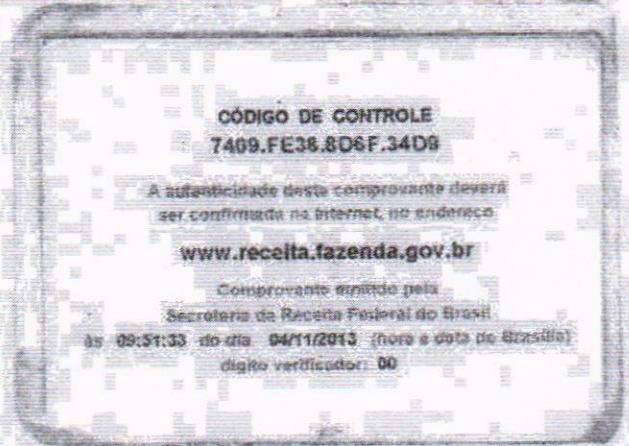
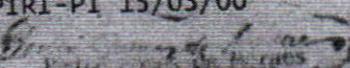
NATURALIDADE PIRIPIRI-PI **DATA DE NASCIMENTO** 07/01/1998

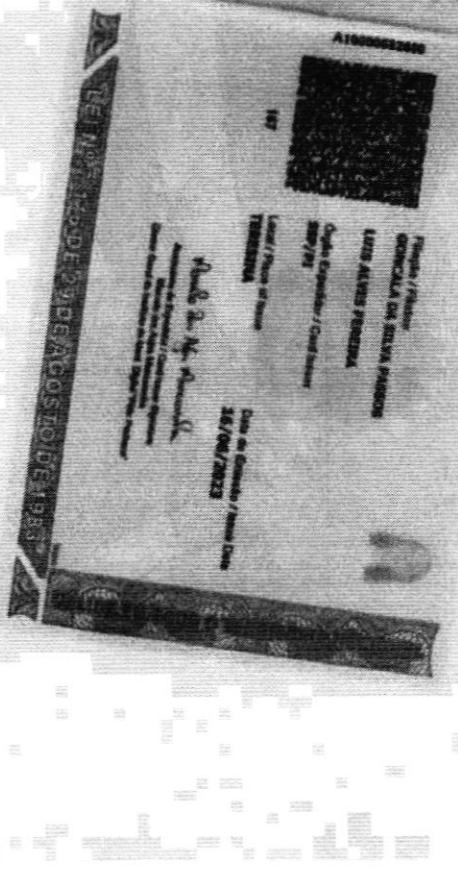
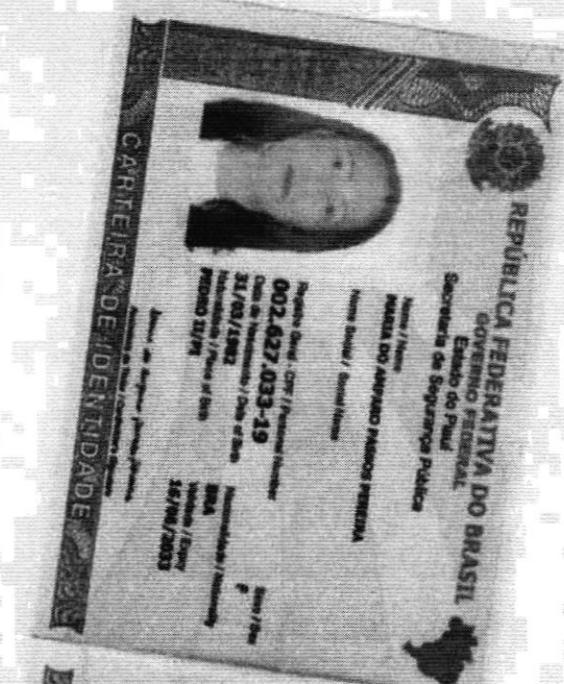
CCO. ORIGEM CERT.NASC. 36820 L 31 F 209
EXP PIRIPIRI-PI 15/03/00

CPF 786.605-761 **TERESA - PI**

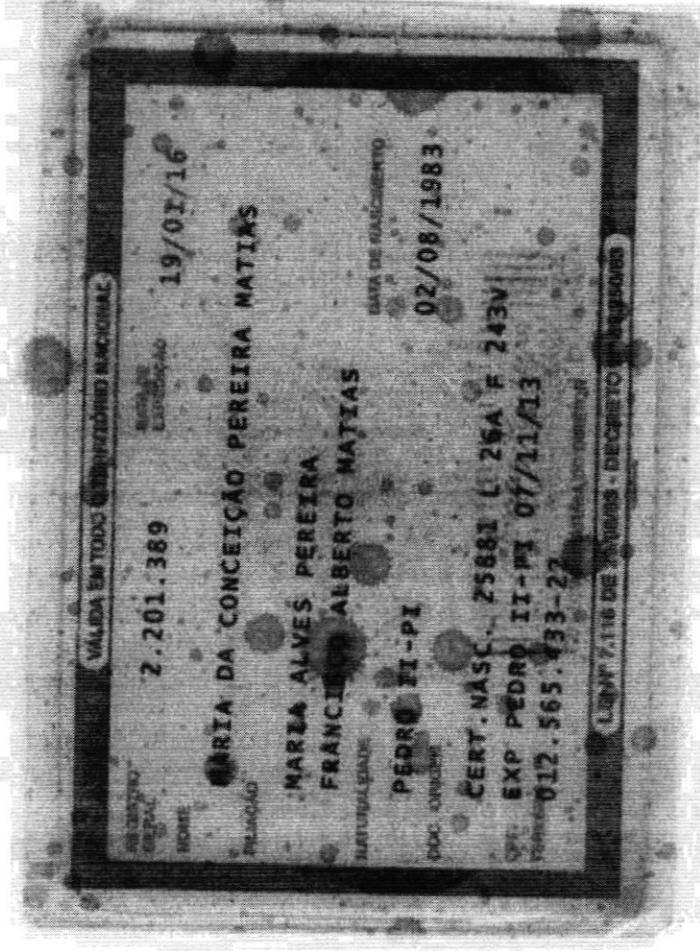
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/63 - DECRETO Nº 80.250/63











PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 3546284

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: MARIA DO PASSOS FERREIRA

CPF: 00262703319

RG: 00262703319 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: GONÇALA DA SILVA PASSOS

MÃE: LUIS ALVES PEREIRA

ENDEREÇO: AÇUDE JOANA

BAIRRO: ZONA RURAL, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



Galaxy A15

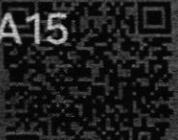
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3546284. Código verificador: F85AF.4C94E.3E41B.B9C1E

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstaciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
 - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
 - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
 - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.

Certidão emitida em 18 de Setembro de 2024 às 10 h 18 min

Galaxy A15



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3546284. Código verificador: F85AF.4C94E.3E41B.B9C1E



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 34338

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: GILVAN DOS SANTOS LIMA

CPF: 009.711.513-42

RG: 557961506 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSPSP

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO(A)

MÃE: FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS LIMA

PAI: FRANCISCO ASSIS LIMA

ENDEREÇO: RUA OLÍMPIO NOGUEIRA , 236 , CASA

BAIRRO: VILA KOLPING, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;
 - II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
 - III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
 - IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão são fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí;
- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL**

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.
Certidão emitida em 17/09/2024 15:51:36**



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (<https://europa.tjpi.jus.br/certidao/buscar>). Certidão N° 34338. Código validador: 77E4B. Versão 1.0



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO N° 3546208

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: ROBERTO CAFÉ DE OLIVEIRA

CPF: 02132062340

RG: 506537183 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-SP

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)

PAI: CÍCERO DE OLIVEIRA BARBOSA

MÃE: MARIA DE FÁTIMA CAFÉ DE SOUZA BARBOSA

ENDEREÇO: RUA DOMINGOS NOGUEIRA DE CASTRO/ 407

BAIRRO: CHAPADINHA, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as **AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais**;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



Galaxy A15

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3546208. Código verificador: 7F92B.986F0.A3A42.FF893



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO N° 3546218

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: AUCELENE SILVA CARVALHO

CPF: 04413181344

RG: 3143886 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)

PAI: AURILENE MILANEZ DA SILVA CARVALHO

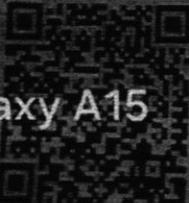
MÃE: ANTONIO DE OLIVEIRA DE CARVALHO

ENDEREÇO: RUA DOMINGOS DA SILVA UCHÔA, Nº 85

BAIRRO: PIRAPORA, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as **AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais**;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



Galaxy A15

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3546218. Código verificador: 29D7B.0A119.1184E.FB247



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO N° 3546221

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: JANE MARY LUSTOSA DE ARAÚJO

CPF: 99171600353

RG: 1617755 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)

PAI: OZITA LUSTOSA DE ARAÚJO

MÃE: MOACIR LUSTOSA DE ARAÚJO

ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR HAMITON MOURÃO, 1032

BAIRRO: CRISTO REI, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR, EXECUÇÕES PENais;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3546221. Código verificador: CBFF6.1A614.09885.81036

FOLHA



Poder Judiciário do Estado do Piauí
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO N° 3546242

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recurso, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: JHOLIANE DIAS DE SOUSA ALAVES

CPF: 06706311324

RG: 06706311324 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: MARIA DO AMPARO DIAS

MÃE: JOSÉ DE SOUSA FERREIRA

ENDEREÇO: RUA RAIMUNDO PEDROM 680

BAIRRO: VILA KOLPING, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3546242. Código verificado 3A04C.4B008.67C49.D3719



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO N° 3546253

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA MATIAS

CPF: 01256543322

RG: 2201389 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)

PAI: MARIA ALVES PEREIRA

MÃE: FRANCISCO ALBERTO MATIAS

ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR HAMITON MOURÃO, 1032

BAIRRO: CAIXA DÁGUA, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as **AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais**;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3546253. Código verificador: 5E4C1.5C9FC.BBF11.18B40



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO N° 3546271

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThermisWeb, ThermisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

NOME: MARIA DO AMPARO GOMES DE CASTRO
CPF: 70467331391
RG: 1033152 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI
ESTADO CIVIL: Solteiro(a)
PAI: TERESINHA MARIA DE JESUS
MÃE: BERNARDO GOMES DE CASTRO
ENDEREÇO: RUA DESEMBARGADOR ÁLVARO BRANDÃO, Nº 42
BAIRRO: VILA KOLPING, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o 1 - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão N° 3546271. Código verificador: 1AF85.557AF.72B45.17BDD



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU
CERTIDÃO ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

CERTIDÃO Nº 3546279

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recurso, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENais, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

Nome: FLÁVIA MARIA DE JESUS DO ESPÍRITO SANTO

CPF: 07380959310

RG: 3562025 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Casado(a)

PAI: ISOLETE MARIA DE JESUS DO ESPÍRITO SANTO

MÃE: ALDAIR JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO

ENDEREÇO: RUA DOMINGOS MOURÃO, Nº 178

BAIRRO: CRISTO REI, MUNICÍPIO: PEDRO II - PI

OBSERVAÇÕES:

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as **AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENais**;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
 - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (www.tjpi.jus.br), link "Certidão Negativa da 1ª Instância". Certidão Nº 3546279. Código verificador: 12703.B06DE.9499B.302AD



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II
CNPJ: 52.892.012/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1965 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

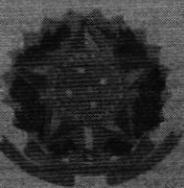
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:38:41 do dia 20/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/03/2025.

Código de controle da certidão: 653E.D599.B90D.7980

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



N° 138359602024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Policia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de AUCLENE SILVA CARVALHO, pais de nacionalidade Brasil, filho(a) de ANTONIO OLIVEIRA DE CARVALHO e AURILENE MILANEZ DA SILVA CARVALHO, nascido(a) aos 29/04/1990, natural de Pedro II-PI, CI 3143886 SSP PI, CPF 044.131.813-44.

Esta certidão foi expedida em 18/09/2024 às 10:29 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 138359602024.

Galaxy A15



Nº 138370062024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Policia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

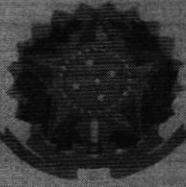
Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de JANE MARY LUSTOSA DE ARAUJO, pais de nacionalidade Brasil, filho(a) de MOACIR LUSTOSA DE ARAUJO e OZITA LUSTOSA DE ARAUJO, nascido(a) aos 02/01/1978, natural de Pedro II-PI, CI 1617755 SSP PI, CPF 991.716.003-53.

Esta certidão foi expedida em 18/09/2024 às 10:42 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 138370062024.

Galaxy A15



Nº 138502372024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de **MARIA DA CONCEICAO PEREIRA MATIAS**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de **FRANCISCO ALBERTO MATIAS** e **MARIA ALVES PEREIRA**, nascido(a) aos 02/08/1983, natural de Pedro II-PI, CI 2201389 SSP PI, CPF 012.565.433-22.

Esta certidão foi expedida em 18/09/2024 às 13:51 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 138502372024.

Galaxy A15

Este documento é válido por 90 dias.



N° 138507752024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Policia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de **FLAVIA MARIA DE JESUS DO ESPIRITO SANTO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de ALDAIR JOSE DO ESIRITO SANTO e ISOLETE MARIA DE JESUS DO ESPIRITO SANTO, nascido(a) aos 07/01/1998, natural de Piripiri-PI, CI 3562025 SSP PI, CPF 073.809.593-10.

Esta certidão foi expedida em 18/09/2024 às 13:59 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 138507752024.

Galaxy A15

Este documento é válido por 90 dias



N° 138510842024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

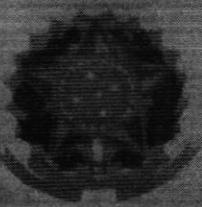
A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de **MARIA DO AMPARO PASSOS PEREIRA**, pális de nacionalidade Brasil, filho(a) de **LUIS ALVES PEREIRA** e **GONCALA DA SILVA PASSOS**, nascido(a) aos 31/03/1982, natural de Pedro II-PI, CI 00262703319 SSP PI, CPF 002.627.033-19.

Esta certidão foi expedida em 18/09/2024 às 14:04 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autencidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 138510842024.

Galaxy A15

Este documento é válido por 90 dias.



N° 138851102024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

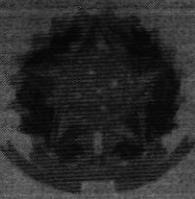
Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de ROBERTO CAFE DE OLIVEIRA, pais de nacionalidade Brasil, filho(a) de CICERO DE OLIVEIRA BARBOSA e MARIA FATIMA CAFE DE SOUSA BARBOSA, nascido(a) aos 30/11/1986, natural de Pedro II-PI, CI 506537183 SSP SP, CPF 021.320.623-40.

Esta certidão foi expedida em 19/09/2024 às 09:51 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac>", e digitando o número da certidão 138851102024.

Galaxy A15



N° 138527112024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de MARIA DO AMPARO GOMES DE CASTRO, pais de nacionalidade Brasil, filho(a) de BERNARDO GOMES DE CASTRO e TERESINHA MARIA DE JESUS CASTRO, nascido(a) aos 16/04/1970, natural de Pedro II-PI, CI 1033152 SSP PI, CPF 704.673.313-91.

Esta certidão foi expedida em 18/09/2024 às 14:28 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autencidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac>", e digitando o número da certidão 138527112024.

Galaxy A15

Este documento é válido por 90 dias.



Nº 138942382024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de GILVAN DOS SANTOS LIMA, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de FRANCISCO DE ASSIS LIMA e FRANCISCA PEREIRA LIMA, nascido(a) aos 05/08/1984, natural de Pedro II-PI, CI 557971506 SSP SP, CPF 009.711.513-42.

Esta certidão foi expedida em 19/09/2024 às 11:54 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 138942382024.

Galaxy A15



N° 138516262024

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal CERTIFICA, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, NÃO CONSTA condenação com trânsito em julgado em nome de **JHOLIANE DIAS DE SOUSA ALVES**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOSE DE SOUSA FERREIRA e MARIA DO AMPARO DIAS, nascido(a) aos 13/11/1993, natural de Pedro II-PI, CI 06706311324 ssp PI, CPF 067.063.113-24.

Esta certidão foi expedida em 18/09/2024 às 14:13 (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "<https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/>", e digitando o número da certidão 138516262024.

Galaxy A15

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 52.892.012/0001-71

Razão Social: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II

Endereço: // / 00000-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7º, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/09/2024 a 16/10/2024

Certificação Número: 2024091714406306704028

Informação obtida em 17/09/2024 16:12:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE PEDRO II
CNPJ: 52.892.012/0001-71

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos, e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 10:38:41 do dia 20/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/03/2025.

Código de controle da certidão: 653E.D599.B90D.7980

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.